

Jobim não aceita mudanças

BELO HORIZONTE — O deputado federal Nélson Jobim (PMDB-RS) advertiu ontem que o projeto de lei de sua autoria que limita o uso de medidas provisórias pelo Executivo será adotado como “regimento interno” pelo PMDB, mesmo que o Senado venha a rejeitá-lo ou que o Supremo Tribunal Federal (STF) o declare inconstitucional por solicitação do governo. “Seja qual for o destino do projeto, aprovado ou não, o PMDB só sentará à mesa para conversar sobre medidas provisórias se elas não lesarem o seu texto”, afirmou o deputado, lembrando que o projeto proíbe o governo de editar medidas sobre matérias como direitos individuais, políticos e eleitorais e diretrizes orçamentárias.

“O PMDB tem 108 deputados e o governo já sabe que se editar medida provisória contrária ao projeto, o partido a rejeitará”, acrescentou Jobim, que não crê que o STF declare inconstitucional o seu projeto. “É um direito do governo recorrer ao Supremo Tribunal Federal, mas não acredito que ele deci-

da pela inconstitucionalidade, pois há fundamentos constitucionais para esse projeto que estamos votando”, explicou o deputado, que proferiu ontem a aula inaugural da faculdade de Direito da PUC-MG, abordando o tema *A capacidade de legislar do Congresso Nacional e as medidas provisórias*.

Jobim admitiu, porém, que dificilmente a Câmara dos Deputados aprovará o artigo 9º do projeto de lei, que permite ao Executivo reeditar apenas uma vez as medidas provisórias não apreciadas pelo Legislativo. “Não será fácil, porque são necessários 252 votos e é muito difícil obtê-los numa composição de 503 deputados, porque o governo se mobilizou fortemente contra o projeto”, disse o deputado gaúcho. Ele lamentou que o governo Collor tenha usado indiscriminadamente as medidas provisórias nos seus primeiros onze meses. “O governo Collor não entendeu que as medidas foram criadas para excepcional uso e acabou utilizando-se delas como único mecanismo de processo legislativo de iniciativa do presidente da República”, assinalou.